INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I

1.º ANO – TURMA B | EXAME DE ÉPOCA DE RECURSO | 16 de fevereiro de 2022

Regência: Professor Doutor Pedro Romano Martínez

(Dr.ª Dina Freitas Teixeira; Dr.ª Filipa Lira de Almeida; Dr. João Pinto Ramos; Dr. José Cortes)

TÓPICOS DE CORREÇÃO

I

- *Lei n.º 1/2022*: ato legislativo (artigo 112.º/1 da CRP); entrada em vigor no quinto dia após a publicação, por aplicação do prazo supletivo de *vacatio legis*; inconstitucionalidade do Artigo 3.º por violação do disposto no artigo 112.º/5 da CRP;
- *Declaração de Retificação n.º 2/2022*: requisitos material, orgânico e temporal (artigo 5.º/1 e 2 da LF); discussão quanto à verificação do requisito material, dado o carácter inovador da declaração de retificação: consequências;
- *Decreto-Lei n.º 3/2022*: ato legislativo (artigo 112.º/1 da CRP); entrada em vigor no quinto dia após a publicação, por aplicação do prazo supletivo de *vacatio legis*; lei geral posterior, mesmo que de hierarquia idêntica (artigo 112.º/2 da CRP), não revoga lei especial anterior (artigo 7.º/3 do CC), pelo que a Lei n.º 1/2022 se mantinha em vigor;
- *Resolução da Assembleia da República n.º 4/2022 (e jurisprudência dos tribunais superiores)*: ato regulamentar (artigo 112.º/6 e 7 da CRP), insuscetível de derrogar a Lei n.º 1/2022, por se tratar de fonte de hierarquia inferior; análise do valor da jurisprudência enquanto fonte mediata de direito, não tendo valor vinculativo para casos análogos e futuros;
- *Decreto-Lei n.º 5/2022*: ato legislativo (artigo 112.º/1 da CRP); entrada em vigor no quinto dia após a publicação, por aplicação do prazo supletivo de *vacatio legis*; revogação tácita, total, substitutiva e individualizada do Decreto-Lei n.º 3/2022 (artigo 7.º/1 e 2 do CC); pelo contrário, não ocorre revogação da Lei n.º 1/2022, pois lei geral não revoga lei especial, salvo havendo intenção inequívoca do legislador em sentido contrário (artigo 7.º/3 do CC), o que não sucede;
- *Resposta*: (i) o Estado deve suportar 100% do custo dos medicamentos prescritos ao Dr. Alberto, por se tratar de doente crónico e por aplicação do Artigo 1.º da Lei n.º 1/2022, de 3 de janeiro; e (ii) à partida, a policlínica Belíssima, S.A., não poderia contratar o Dr. Alberto, uma vez que a redação original do Artigo 2.º da Lei n.º 1/2022, de 3 de janeiro, permanecia em vigor, e a interpretação adotada pelos tribunais superiores não é vinculativa.

II

- Qualificação da conduta de Marta e Manuela no quadro dos meios de autotutela;
- Ponderação da aplicabilidade ao caso do regime do estado de necessidade (artigo 339.º do CC) ou da legítima defesa (artigo 337.º do CC); conclusão pela aplicabilidade do artigo 337.º;
- Aplicação do artigo 338.º do CC, em articulação com os pressupostos da legítima defesa – em especial, a noção de desculpabilidade do erro (artigo 487.º/2 do CC) e respetivo regime;
- Breve discussão em torno do argumento aduzido por Manuela no quadro da intersecção entre ordem moral e ordem jurídica;
- Discussão quanto ao valor do costume no quadro das fontes de direito; em especial, o valor do costume *contra legem* e sua articulação com a lei.

III

A

- Discussão, atendendo à inserção sistemática do artigo 4.º do CC, sobre a classificação da equidade enquanto fonte de Direito;
- Fontes de Direito como modos de criação/revelação de regras e princípios jurídicos de conduta;
- A solução segundo a equidade não parece dar lugar à formação de uma regra ou princípio, não constitui precedente vinculativo e não possibilita a generalização da solução concreta alcançada, ainda que possa corresponder, nos termos legais, à concretização do Direito no caso concreto;
- *Resposta*: a equidade não pode ser considerada, em caso algum, uma fonte imediata de Direito.

B

- Conceito de coercibilidade da regra jurídica;
- A coercibilidade como uma nota tendencialmente caracterizadora da ordem jurídica estadual;
- Exceções: (i) regras não sancionatórias; (ii) *lex imperfecta*; (iii) *soft law*; entre outras.